

busca do mercado internacional. A essas vantagens cabe agregar outras, vantagens comparativas tidas como dinâmicas, que resultam do planejamento, da formação de blocos de capitais e principalmente da ação estruturada do Estado.

O Brasil é um país urbano

Urbanizar vai muito além de se colocar gente nas cidades. Significa construir moradias, mecanismos de suporte como escolas e hospitais, de convivência como praças, de lazer como cinemas e teatros, de segurança como delegacias, fornecer transportes públicos que adequem deslocamentos, e, fundamentalmente, prover infraestrutura social que dê saúde, educação e saneamento básico.

O Brasil colocou gente nas cidades como atestam as favelas, os cortiços e os mocambos. Entretanto, não urbanizou o país. Muito deve ser feito na urbanização do país, de forma a se vencer a imensa desestruturação urbana, que se vê nas cidades e metrópoles do país. Isto requer planejamento urbano e um programa de construção civil de moradias, que se encaixe no conceito moderno de formatação de cidades.

Tem de se dar a saúde um tratamento prioritário nas políticas urbanas valorizando a medicina preventiva e o conceito de médico de família, promovendo-se o conceito de esferas crescentes de especialização nas clínicas e unidades hospitalares.

Parte central de qualquer urbanização é a construção da coesão social. Tem que se estabelecer limites a um grupo que se coloca como humanista e sempre disposto à defesa dos direitos universais individuais, mas que atua deslocado de nossa cultura, copiando padrões comportamentais que dizem ser universais. Esses humanistas atuam no que dizem ser politicamente correto, promovem mudança de costumes, liberalização sexual, igualdade de gêneros, descriminalização das drogas, e um conjunto de medidas que atendem a reclames de minorias e que afeta um público restrito ao seu meio. Mas é necessário fazê-los entender que a democracia é o governo da maioria e que eles têm de ir muito além do que fazem, endossando todas as medidas que possam promover a massificação dos direitos civis.

Urbanizar vai muito além de deslocar pessoas do campo para a cidade. Urbanizar é dar a essas pessoas emprego, educação, saúde, segurança e uma boa moradia provida de água, esgoto, energia e dos meios modernos de convivência social.

Mas não poderia me abster de falar das incertezas que rondam o mundo e de suas possíveis repercussões em um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

O Brasil no mundo

Todos os pressupostos que tracei acima dizem respeito à vertente interna de um projeto nacional. A inserção internacional do país - a conquista do mercado externo, seja política ou econômica - necessita de uma estratégia geopolítica e de um conjunto de ações diplomáticas. Ainda mais em um mundo que se apresenta cada vez mais conturbado.

Ações planejadas são necessárias para a conquista de novos mercados, para montagem de grandes parcerias no mundo, para atração de investimentos. Exemplos de ações bem-sucedidas e praticadas recentemente pela nossa diplomacia foram a investida brasileira na África, a constituição do Banco dos BRICS e a constituição da UNASUL.

Dispor de um bom aparato dissuasivo de defesa, investir em tecnologia militar, ter uma indústria moderna e diversificada produtora de material bélico, ganhar total autossuficiência energética, já que possui a alimentar, praticar o soft power com vizinhos e países menores, divulgar amplamente nossa cultura, tudo isto faz parte da constituição dessa estratégia que lastreia a vertente externa de um Projeto Nacional.

Concluindo, o Brasil tem como vantagens comparativas estáticas amplas recursos agroindustriais e minerais e um mercado de consumo crescente, além de uma cidadania mais exigente, que vem cobrando políticas nacionais para todos, como na saúde e na educação. Esse deve ser o ponto de partida para identificar as vantagens competitivas dinâmicas, sua priorização, para a elaboração de um bem-sucedido Projeto Nacional.

Todos os pontos, por mim apontados para a construção de um projeto de longo prazo para o desenvolvimento do Brasil, requerem uma participação fundamental da Engenharia e da Agronomia Nacional.

Estão, portanto, presentes no estudo técnico, que me foi encaminhado pelo CONFEA, como ali disposto nos eixos temáticos do tema central "ESTRATÉGIAS DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL" do próximo Congresso Nacional de Profissionais, quais sejam:

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: inovações tecnológicas no processo de desenvolvimento econômico sob a ótica da engenharia e da agronomia;

RECURSOS NATURAIS: o papel da Engenharia e da Agronomia na utilização e no aproveitamento de recursos naturais com sustentabilidade;

INFRAESTRUTURA: a governança da política de infraestrutura brasileira sob a ótica da engenharia;

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: Os rumos da formação profissional da Engenharia e da Agronomia brasileiras; e

ATUAÇÃO DAS EMPRESAS DE ENGENHARIA: governança das empresas de engenharia e obras públicas.

Esses eixos devem balizar as discussões preparatórias de todos os profissionais do Sistema CONFEA/CREA, nos próximos meses.

Ao terminar, entendo que todas essas discussões devem ser motivadoras para o envolvimento dos profissionais que militam na Engenharia e na Agronomia se mobilizem na política, se mobilizem na condução dos destinos do Brasil. Temos de ter no Congresso muito mais dos que atuais 5% dos legisladores. E isso caberá em especial aos jovens engenheiros e agrônomos que hoje participam das entidades de classe e deste nosso Sistema.

Muito Obrigado.
DARC COSTA

O SISTEMA CONFEA/CREA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia



CREA
Conselhos Regionais de Engenharia
e Agronomia



MUTUA
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Nos últimos tempos, o país vem enfrentando uma longa crise, com o comprometimento do crescimento econômico, o aumento da desigualdade, e a dificuldade de se encontrarem as soluções fundamentais para garantir o avanço do país.

Não bastasse a estagnação, o início deste ano de 2019 impôs do modo mais duro e consternador, por meio de tragédias como a de Brumadinho-MG, o incêndio no centro de treinamentos de grande clube de futebol brasileiro, ou mesmo a ruptura e comprometimento estrutural de pontes e viadutos por todo o Brasil, o papel fundamental e indispensável das profissões da área tecnológica para a garantia não só do desenvolvimento, mas para a qualidade deste desenvolvimento e da segurança da sociedade. Nossos profissionais trabalham com afinco, de maneira anônima e dedicada, muitas vezes sem serem notados, devidamente valorizados, ou terem seus trabalhos justamente reconhecidos. Eis que nos momentos de consternação, nos momentos de crise, são importantes, afinal.

O Sistema Confea/Crea deve colocar-se como colaborador protagonista na proposição das soluções que o país tanto precisa. Para isso, necessário se faz a construção de um posicionamento sólido, técnico e institucional, que vise à apresentação de caminhos objetivos de atuação que contribuam para o fortalecimento das profissões, o reconhecimento da importância de seu trabalho e, sobretudo, o desenvolvimento nacional.

Nesta esteira, e com a realização dos grandes eventos do Sistema Confea/Crea, o presente ano apresenta-se como uma grande oportunidade para uma mudança de rumos, que coloque o Sistema Confea/Crea no papel de destaque a que faz jus, por meio de uma ação integrada,

Desenvolvimento Nacional

Bom dia, minhas senhoras e meus senhores,

Primeiramente eu gostaria de apresentar meus agradecimentos ao CONFEA e aos organizadores deste encontro, pelo convite que me fizeram, para proferir esta exposição, no painel de abertura desse Encontro de Lideranças de 2019, que faz parte dos preparativos para o 10º Congresso Nacional dos Profissionais da Engenharia e Agronomia – CNP.

Muito me honra este convite, para falar no painel sobre Desenvolvimento Nacional.

Minhas amigas e meus amigos,

Não está havendo sintonia entre os pensadores do Brasil e dos políticos brasileiros, na hora de definir o que seria um projeto de longo prazo para o desenvolvimento do país. Falta uma visão geral, pelo fato de que as ideias se encontram encapsuladas dentro dos seus nichos próprios de interesse e estão muitas vezes também presas aos discursos do que se diz politicamente correto, ou a medidas emergenciais. Diferentemente da primeira metade do século passado, os intelectuais e os políticos no Brasil não conseguem pensar holisticamente ficando presos a particularismos.

Não se apresentou no século XXI um modelo sistêmico que possa resultar em um exitoso Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil. A inexistência desse modelo é o resultado de idiosincrasia coletiva presa a ideologias ultrapassadas, da falta completa de visão da

que não só permita uma fiscalização mais efetiva e voltada à defesa da sociedade, mas que contribua para solucionar as grandes questões nacionais, apresentado ao país a visão da engenharia e da agronomia sobre os rumos da nação e os meios para atingi-los.

O 8º Encontro de Líderes Representantes do Sistema Confea/Crea, neste contexto, é o marco inicial de uma grande mobilização, que envolverá ainda a 76ª Semana Oficial da Engenharia e Agronomia – SOEAA e o 10º Congresso Nacional de Profissionais da Engenharia e Agronomia – CNP.

Fundamental, porém, para o atingimento dos resultados pretendidos, neste momento de grandes transformações estratégicas para o nosso país e de necessidade de afirmação da Engenharia e Agronomia, que os fóruns consultivos do Confea, quais sejam o Colégio de Presidentes – CP, as Coordenadorias de Câmaras Especializadas dos Creas – CCEC, o Colégio de Entidades Nacionais – CDEN, e também todas as lideranças de Entidades Regionais, Entidades Precursoras e os Crea em toda a sua capilaridade, estejam engajados nesta construção, visando à integração necessária para que façam valer seus posicionamentos e contribuições para a construção dos rumos do país. Cada um dos líderes do Sistema Confea/Crea é peça fundamental para o sucesso desta empreitada. Trazer a Engenharia e Agronomia brasileiras ao papel de destaque que merecem é uma missão de todos nós. É um legado para o país e as futuras gerações.

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

realidade e da necessidade de adequação à contemporaneidade.

Todavia, a partir da década de trinta do século passado, isto foi possível e tivemos um projeto para o nosso País: industrialização, urbanização e integração do território nacional eram os pilares daquele projeto, acompanhados pela intervenção estatal na economia, toda vez que o setor privado se demonstrasse incapaz de vencer os gargalos que a economia apresentava. Este projeto foi razoavelmente bem-sucedido até 1980

Muitas fórmulas vitoriosas nos cinquenta anos posteriores a 1930 não seriam mais únicas em um país que encontrou a importância da melhor distribuição de renda como fator de construção da cidadania e do mercado interno. Mas, seu macro conceber não deve ser tido como perdido no tempo. A indústria ainda é o motor do desenvolvimento. A urbanização traz consigo menores gastos sociais. A integração do território gera infraestrutura e vice-versa. A ação estatal na economia é instrumento central para o desenvolvimento das nações.

Assim sendo, há alguns pressupostos para o desenho de um novo projeto de desenvolvimento para o país, uma espécie de roteiro, que são premissas, que se apoiam no passado buscado, inclusive no passado recente, que se refletem no presente e se projetam para o futuro.

O primeiro é que se constituiu, ao longo dos últimos anos, uma enorme dívida pública que inviabiliza qual-

quer ação estatal que necessite de investimentos e que poderia ter êxito na solução dos entraves para promover o desenvolvimento do país;

O segundo é que no século XXI houve uma melhor distribuição de renda, que resultou da aplicação de políticas sociais, possibilitada, também, pela melhor relação de trocas no comércio internacional, que elevou o preço das commodities.

O terceiro é o fato de o país ter integrado ao litoral significativa parcela de seu interior, tendo até deslocado sua capital federal a mais de 1000 km da costa;

O quarto é que o Brasil conta com uma indústria, ampla e diversificada, a mais completa do Hemisfério Sul e da América Latina;

O quinto é o Brasil ter se transformado em um país urbano. Mais de 85% de sua população vive em aglomerados urbanos e mais de 45% mora em grandes metrópoles;

Analisemos, um a um, esses pressupostos:

O Brasil possui uma enorme dívida pública

Toda a orientação da política econômica recente tem sido no sentido de criar o impossível, ou seja, criar as condições de se honrar a enorme dívida pública, contraída ao longo dos anos e maximizada no último quarto de século. Esta enorme e impagável dívida pública deveria ao invés de se tornar um impedimento ao exercício da ação estatal, via ajuste fiscal e cortes orçamentários, ser vista como um elemento promotor de investimentos, pela sua ordenada e planejada alocação na atividade produtiva. Esta modificação de enfoque é a chave para o sucesso de qualquer projeto de longo prazo para o Brasil.

Os instrumentos fundamentais para a construção desta enorme dívida pública foram, nos últimos anos, as sucessivas desonerações do capital acompanhadas por uma política econômica que não enfrentou as questões do câmbio apreciado e dos juros escorchantes. Mantem-se um errôneo modelo, em que se deixa liberdade para o capital e que pratica a mais alta taxa de juros do planeta. A liberdade e os juros atraem capitais voláteis que promovem a apreciação cambial e a perda de competitividade da produção interna.

Por isso, a construção de um projeto nacional exige câmbio competitivo e controlado, uma nova política monetária que traga os juros aos níveis internacionais e a troca da lógica da atração da poupança externa pela enorme poupança interna, que será liberada pela conversão da dívida pública em investimentos.

O Brasil precisa melhor distribuição de renda

A primeira década do século XXI demonstrou que a melhoria na distribuição de renda, através de políticas sociais, pode ser uma peça importante no processo de desenvolvimento do país. Contudo, ela tem de ser permanente e baseada em fatores internos.

A valorização constante do fator trabalho no processo produtivo deve ser buscada através de uma política que valorize o emprego, o salário mínimo e as relações trabalhistas. Este é um instrumento importante de distribuição de renda.

Contudo, o elemento central para a melhoria permanente na distribuição de renda é a construção de um sistema educacional que garanta, no mínimo, uma década e meia de bancos escolares à população e que vocacione a maior parte dos formandos para as ciências naturais e engenharia. A reformulação de currículos, a valorização do magistério, o fomento à pesquisa científica têm de serem pilares neste modelo a ser criado de educação em massa. Montar uma economia não dependente da mão de obra barata para ser bem-sucedida, exige um novo tipo de trabalhador, um trabalhador educado e com maior renda.

O Brasil precisa integrar seu território

Todo o esforço de construção da infraestrutura do Brasil, do último século, foi incapaz de prover acesso dos meios modernos de logística à metade do território nacional. Isto se deve, entre outros fatores, ao desprezo ao planejamento da ocupação do território, à não priorização de recursos para a infraestrutura e à excessiva prioridade concedida ao modal rodoviário.

A formação da infraestrutura, seja a social, aquela que envolve ações nas áreas de educação, saúde, segurança e saneamento, seja a econômica, vocacionada para energia, transportes e comunicações requerem, necessariamente, planejamento de longo prazo e a elaboração detalhada de projetos de engenharia. Mas requer, antes de tudo, a elaboração de um plano de ocupação do território, que envolva desde ações de ordenamento territorial até políticas de ocupação fundiária.

Dentre essas ações deve estar presente, com destaque, o planejamento da integração física do Brasil com os demais países da América do Sul e sua inserção mais logisticamente apoiada no comércio mundial.

O Brasil conta com uma indústria

Em síntese, o Brasil conta com uma indústria, mas não é um país industrializado. Um país é industrializado quando sua população participa no uso fruto dos bens produzidos por essa indústria. Grande parcela da população brasileira não tem acesso aos bens industriais produzidos no Brasil. A começar pela sua casa, a casa própria. Temos de continuar industrializando o país.

A industrialização do Brasil foi feita de forma progressiva e desbalanceada, em ciclos, sendo que o seu último grande movimento se deu faz meio século, provocado pelo segundo PND, no setor de bens de capital e insumos básicos. Isto resulta, hoje, numa indústria que necessita ser modernizada para ser mais competitiva internacionalmente. Além disso, houve permanentemente um incentivo à indústria metalomecânica, em especial ao seu ramo automobilístico, que colocou esta atividade como a determinante na formação do produto industrial. Tem-se de incentivar setores que formam a moderna capacidade industrial de um país, quais sejam o eletroeletrônico, o de química fina, o de biotecnologia, dentre outros, de forma a balancear melhor o produto industrial.

Uma das peças centrais de qualquer projeto de industrialização são as vantagens competitivas estáticas do país. E uma dessas principais vantagens, com que conta o Brasil, é o mercado interno, a capacidade de gerar massa crítica, ganhos de escala, para assim permitir a